

A black and white photograph of the Statue of Liberty on the left, with a city skyline and industrial smokestacks emitting smoke in the background on the right.

UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL PARA A PRÓXIMA ADMINISTRAÇÃO

Amitai Etzioni

UM RELATÓRIO DE julho de 2008, que estabelece um “Marco para uma Estratégia de Segurança Nacional do século XXI”, redigido por um grupo de especialistas conceituados em política externa, coloca o diálogo sobre a política externa pós-Bush num novo patamar. Em vez de focar o que deve ser feito a seguir numa ou outra frente específica como o Iraque, Afeganistão, Irã ou China, o relatório apresenta um conjunto de princípios abrangentes para orientar a política militar e diplomática dos EUA. Melhor ainda, o relatório reconhece plenamente que nenhum Estado possui recursos e influência ilimitados e, assim, estabelece prioridades bem definidas. Mais importante, o relatório constata que a segurança pode e deve ser promovida em Estados em desagregação e no enfrentamento de Estados párias *sem primeiro democratizar os regimes envolvidos*.

Alguns dos autores do relatório (principalmente do partido Democrata) serviram em posições-chave nos governos anteriores, sendo alguns identificados como assessores da campanha de Obama. São relacionados aqui em ordem não alfabética, como no documento: Anne-Marie Slaughter, Bruce W. Jentleson, Ivo H. Daalder, Antony J. Blinken (Diretor da Maioria, Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA), Lael Brainard, Kurt M. Campbell, Michael A. McFaul, James C. O’Brien, Gayle E. Smith e James B. Steinberg. O relatório também inclui um breve prefácio por Susan Rice, a assessora sênior de política externa da campanha de Obama.

Vale salientar que, embora uma boa parte do que segue explicitamente diversas formas como podemos avançar, não há a menor dúvida de que o relatório nos aponta a direção certa.

O Fim da Supremacia dos EUA

Um importante tema subjacente do relatório é que os dias dos Estados Unidos como potência mundial dominante estão contados. Embora os Estados Unidos mantivessem, para todos os efeitos, um monopólio sobre o poder no fim da Segunda Guerra Mundial e, em seguida, num mundo bipolar, enfrentaram nos últimos anos um mundo marcado pelo que o relatório denomina “difusão de poder” e

Amitai Etzioni é professor de Relações Internacionais na George Washington University. Para mais discussões, consulte a parte VI de Security First (Yale, 2000), disponível em: www.securityfirstbook.com, ou envie e-mail para comnet@gwu.edu.

Foto: Estátua da Liberdade vista da água na manhã de 11 de setembro de 2001, com as torres do World Trade Center na linha do horizonte de Nova York.

National Park Service

que outros chamam de mundo “multipolar” ou até “apolar”. Os Estados Unidos, o relatório sustenta, devem agora funcionar num mundo também caracterizado por níveis altos e crescentes de “interconexão”, onde o direito à liderança não é dado a ninguém; ela deve ser conquistada.

Em outras palavras, como o poder é setorial, o declínio da supremacia americana é desigual, mas abrangente. Em algumas áreas, em particular no que diz respeito à capacidade nuclear, os EUA permanecem sem par. Contudo, para a maioria dos exercícios do poder, as armas nucleares não são úteis. Da mesma forma, as forças convencionais dos EUA continuam a ser as melhores e mais fortes do mundo, mas sua força relativa não é tão óbvia como no final da Segunda Guerra Mundial, especialmente ao lidar com os chamados atores não-estatais. O poder econômico e ideológico dos EUA diminuiu muito. Além disso, não há por que esperar que essas tendências se invertam. Pelo contrário, conforme o poder econômico da China e, pode-se dizer, da UE aumentar, conforme outras nações acumularem mais poder econômico e militar e conforme os atores não-estatais continuarem a ameaçar e travar guerras assimétricas, é provável que a difusão do poder em vários setores se amplie ainda mais.

Podemos tirar duas conclusões diferentes dessa observação: uma, os EUA precisarão trabalhar mais estreitamente com os aliados existentes e potenciais e deixar que outros tomem a dianteira em algumas frentes. A outra: terão de depender mais das leis e das instituições internacionais como a ONU e até do Tribunal Penal Internacional (TPI). (Como há muito observado, jogar pelas regras é de maior interesse para as partes fracas ou enfraquecidas). Embora recomende que as duas abordagens sejam seguidas, o relatório favorece, sensatamente, a busca da divisão de trabalho entre os aliados (por exemplo, deixar que os aliados lidem com o próximo Kosovo) e o multilateralismo em vez do internacionalismo. Os últimos desdobramentos referentes à Coreia do Norte, se mantiverem o mesmo rumo, apoiam o favorecimento dessa abordagem multinacional, embora ela não tenha funcionado até agora com respeito ao Irã. Por isso, é importante observar que o relatório, embora redigido por pessoas consideradas

progressistas, reconhece expressamente que existem circunstâncias em que os EUA terão de agir unilateralmente.

Em reação à crítica mundial que os Estados Unidos enfrentaram nos últimos anos, equivocando ao que o relatório descreve como “nadir histórico” da “reputação internacional dos EUA”, muita atenção é dada à importância de readquirir a legitimidade. Alguns liberais sonhadores acreditam que as nações podem conquistar a segurança ao ficar do lado do que as pessoas no mundo inteiro consideram justo; ao cumprir o que dita o direito internacional, especialmente as Convenções de Genebra; e ao aderir ao que o Conselho de Segurança determina — uma noção particularmente estranha, dado o caráter pouco representativo da ONU. (A Índia, Liechtenstein, Alemanha e Granada têm um voto cada na Assembléia Geral; entre os encarregados de direitos humanos estão Cuba, Arábia Saudita e China; a composição do Conselho de Segurança é, na melhor das hipóteses, antiquada; etc.) A maioria dos proponentes do poder de persuasão (poder não militar) — incluindo os autores do relatório — compreende que ele deve ser combinado com o poder coercitivo (poder militar); uma combinação, muitas vezes, designada pelo termo inadequado, mas em voga, “poder inteligente”. Embora o relatório defenda que se preste mais atenção à legitimidade do que a administração atual o faz, os autores deixam claro que os EUA terão de depender de seu poder econômico, e, quando não houver alternativa, da força militar. O poder de persuasão é bom, mas não é suficiente.

O relatório se concentra na promoção de segurança, liberdade e prosperidade. É possível considerar essa afirmação como simples retórica, que reproduz a Declaração de Independência. Contudo, nem os fundadores da República nem os autores do relatório organizaram essas metas-chave de forma aleatória. A segurança é relacionada primeiro — antes da liberdade, o que reflete uma inversão direta do principal preceito neoconservador de que apenas as democracias (melhor se prósperas e baseadas em mercados livres) constituem os parceiros confiáveis na paz. Esse preceito forneceu a justificativa da mudança forçada de regime como um passo essencial para a segurança. De fato, a construção de democracias não está entre as cinco prioridades estabelecidas por esse relatório.

Devo revelar a minha “tendência”. Tentei mostrar em detalhe em outro lugar (*Security First*, Yale, 2007) que: (a) o direito de viver é mais básico que todos os outros, porque estes dependem da segurança; em linguagem simples, os mortos têm poucos direitos; e (b) quando as pessoas carecem de segurança básica, seja em Bagdá (2004-7), em Moscou (início da década de 1990) ou nos Estados Unidos (quando o índice de crimes violentos estava alto e nos meses posteriores ao atentado de 11 de Setembro), a maioria das pessoas está disposta a trocar a liberdade pela segurança. As pessoas só ficam ansiosas de ter seus direitos legais e políticos respeitados depois que um nível razoável de segurança é obtido. (Observe-se que, nos casos mais citados de construção de democracia bem-sucedida, a Alemanha e o Japão depois da Segunda Guerra Mundial, ela só ocorreu depois que cessaram as hostilidades).

O relatório não trata da questão de como a primazia da segurança sobre o desenvolvimento político e econômico deve influenciar a abordagem do mundo muçulmano por parte dos Estados Unidos e de seus aliados. Enquanto o Ocidente determinar quem é um “bom” muçulmano com base no fato de ele favorecer uma democracia secular e liberal e uma gama completa de direitos humanos, o Ocidente continuará a definir a maioria dos muçulmanos como parte da oposição com a qual temos de competir. Se, em vez disso, o Ocidente usar como primeira prova decisiva a rejeição do terrorismo e a disposição de renunciar as armas de destruição em massa, descobrirá que a maioria dos muçulmanos — incluindo aqueles em nações maiores, como a Indonésia e Bangladesh — estão do seu lado. Podem ser parceiros na paz, trabalhando conosco contra as pequenas minorias violentas entre suas fileiras.

A Líbia é um caso pequeno, mas significativo. Um dos maiores sucessos da Administração Bush foi levar a Líbia a renunciar seu apoio ao terrorismo e a entregar seu programa de armas de destruição em massa (não meramente abrir suas instalações para inspeções). Em resposta, a administração permitiu sabiamente que a Líbia saísse do isolamento e das sanções, embora mal tivesse começado a reformar seu regime autoritário. Tais reformas agora podem ser promovidas como uma segunda fase. Em suma, priorizar a segurança sem exigir antes uma

mudança de regime pode funcionar bem. Essa abordagem está sendo tentada com a Coreia do Norte e deve ser com o Irã também.

Estabelecendo Prioridades

Existe mais uma conclusão fundamental para a qual um mundo difuso aponta, que se aplicava até nas circunstâncias anteriores, mas que se aplica ainda mais nas atuais: é essencial estabelecer prioridades. Qualquer um que tenha lido sobre a interação confusa dos EUA com a Coreia do Norte em *Meltdown*, de Mike Chinoy, ou sobre o caos no trato com o Iraque pós-guerra em *Bad Days in Bosra*, de Hilary Synnott, ou *Imperial Life in the Emerald City*, de Rajiv Chandrasekaran, terá uma ideia nítida da razão pela qual é necessário estabelecer prioridades. O estabelecimento de prioridades bem definidas, assim como as escolhas feitas no processo, é a principal contribuição desse relatório. Naturalmente, há algumas perguntas sobre a maneira como cada uma delas é descrita — bem como um número considerável de aplausos. Serão examinadas adiante na ordem em que foram apresentadas pelos autores.

Prevenir o terrorismo catastrófico. O relatório não apenas dá a devida importância à segurança (em vez de considerá-la o que os cientistas sociais chamam de “variável dependente”), mas também estabelece as prioridades bem definidas e adequadas entre as várias medidas de segurança a serem tomadas, já que nem todas podem ser realizadas em curto prazo. Define a prevenção do terrorismo catastrófico (ou seja, o terrorismo de armas de destruição em massa) como a mais alta prioridade. (O relatório não distingue entre as várias armas de destruição em massa. Na realidade, as armas nucleares e alguns agentes biológicos são muito mais ameaçadores que as armas químicas e radiológicas.) São observadas diversas medidas sensatas para promover essa meta, como impedir que os terroristas obtenham acesso a bombas nucleares e ao material com o qual possam ser fabricadas, atingindo-os antes que eles nos atinjam, interrompendo seu financiamento e treinamento e melhorando nossa coleta e processamento de informações.

Lamentavelmente, o relatório repete — neste contexto e alhures — a noção amplamente aceita de que o desenvolvimento socioeconômico pode ajudar a prevenir o terrorismo, especialmente ao

reduzir o mar em que os terroristas “nadam”, os simpatizantes. Contudo, há pouca evidência de que o desenvolvimento socioeconômico volta os simpatizantes contra os terroristas, especialmente quando há motivos religiosos ou nacionalistas em questão. Por exemplo, há mais simpatizantes no Irã, Iraque e Palestina que nos países mais pobres da África Subsaariana.

Mesmo que o desenvolvimento socioeconômico fosse uma ferramenta de segurança viável, os EUA e seus aliados pouco poderiam fazer para desenvolver o grande número de nações cujos governos são profundamente corruptos, esbanjadores e mal administrados. O Ocidente foi incapaz de recuperar até países pequenos, como o Haiti e o Timor Leste. Os países maiores apresentam desafios bem mais difíceis, como é bastante evidente no Afeganistão. Sou totalmente a favor de ajudar os outros — os que passam fome, os enfermos ou abusados — por razões humanitárias e morais. Contudo, a designação desses esforços como geração de segurança, reconhecidamente uma prática comum,

pode não parecer plausível por muitos americanos. Prevenir o terrorismo, especialmente o de caráter catastrófico, é principalmente uma tarefa para as forças de segurança, reforçadas pela diplomacia.

Conter a proliferação nuclear. A designação da não-proliferação como segunda prioridade para uma nova estratégia de segurança nacional é de grande mérito. Quanto maior o número de nações que adquirirem armas nucleares, maior a probabilidade de uma guerra nuclear. O fato de que os EUA e a URSS chegaram perto de trocar golpes nucleares em várias ocasiões sugere que não se pode depender (como alguns sugeriram) da “racionalidade” dos atores para se conterem e deterem um ao outro. Consta que Israel chegou perto de usar suas armas nucleares quando seu ministro de defesa acreditou que o país estava sendo invadido. Não se pode presumir que os líderes religiosos messiânicos do Irã não tentariam eliminar Israel — ou atacar a Arábia Saudita e até os Estados Unidos — se adquirissem armas nucleares e mísseis de longo alcance.



Marinha dos EUA, Sgt Chad J. McNeeley.

O Secretário de Defesa, Robert M. Gates, e o Chefe do Estado-Maior de Defesa, Almirante Mike Mullen, conversam antes de deporem perante o Comitê das Forças Armadas da Câmara de Deputados, com respeito à segurança e à estabilidade do Afeganistão, durante uma audiência em Washington D.C., em 11 de dezembro de 2007.

Lamentavelmente, o relatório adota a ideia que foi recentemente defendida por quatro influentes estadistas (George Schultz, William Perry, Henry Kissinger e Sam Nunn). Eles sustentam que os Estados Unidos e a Rússia devem diminuir, de forma considerável, seus estoques de armas nucleares. Essa redução, eles supõem, gerará capital político suficiente para induzir outras nações a abandonar seus arsenais ou impedi-las de adquiri-los. Da mesma forma, o relatório recomenda que os Estados Unidos “reafirmem a visão de um mundo livre de armas nucleares”, sugerindo que a América “comece por reduzir os níveis da força nuclear para 1.000 armas, contanto que a Rússia faça o mesmo”.

Na melhor das hipóteses, o próximo governo pode levar anos para chegar a tal acordo com a Rússia e mais tempo ainda para implementar a redução. Enquanto isso, as áreas de tensão nuclear seriam deixadas de lado, ardendo lentamente. A possibilidade de o Talibã adquirir uma arma nuclear paquistanesa apresenta um sério perigo, que deve ser enfrentado no futuro próximo. O Programa de Redução Cooperativa de Ameaças (*Cooperative Threat Reduction Initiative*) deve ser acelerado para reduzir o perigo de armas nucleares soltas e materiais com os quais possam ser fabricadas na Rússia e nos antigos Estados soviéticos. Até a Iniciativa Mundial de Redução de Ameaças (*Global Threat Reduction Initiative*), que trata de reatores e materiais fisséis no terceiro mundo, deve receber maior prioridade que lidar com os estoques das superpotências.

Mesmo que os EUA e a Rússia reduzam seus arsenais no futuro próximo, é improvável que outras nações façam o mesmo. O Paquistão, por exemplo, que depende de armas nucleares para contrabalançar a força convencional bem maior da Índia, talvez possa ser persuadido a abandoná-las caso a disputa territorial da Caxemira seja resolvida de algum modo e as tropas de paz da ONU estejam posicionadas para controlar a nova fronteira (se a Índia fizer o mesmo, é claro); mas não em função do que os Estados Unidos e a Rússia façam ou deixem de fazer com suas armas nucleares. O mesmo se aplica a Israel e ao Irã.

As outras medidas relacionadas no relatório em prol da não-proliferação são extremamente louváveis, embora não necessariamente alcançáveis. Incluem: a negociação de um fim da produção

de materiais de armas nucleares; uma moratória mundial de cinco anos para a construção das instalações de produção de material fissil; o estabelecimento de um banco internacional de combustível para materiais fisséis sob controle multinacional; e a obtenção da ratificação universal do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares. Até agora, praticamente não há indicação de que a maioria das nações que busca enriquecer urânio esteja disposta a depender de fornecedores estrangeiros ou de que as nações que ainda não assinaram o Tratado de Proibição de Testes estejam inclinadas a fazê-lo agora.

É importante notar que o relatório vai muito além do conceito em que o tratado de não-proliferação (*non-proliferation treaty — NPT*) se baseia, sem dizê-lo em momento algum. Em vez de permitir que os países construam instalações de uso duplo e, então, depender de inspeções para verificar se não estão sendo utilizadas para fins militares (como o NPT permite), é preciso — a meu ver pelo menos — que caminhemos rumo a um mundo em que as nações renunciem ao uso de urânio altamente enriquecido, próximo ao de qualidade militar. Além disso, em vez de permitir que as nações saiam do NPT depois de um curto aviso prévio e levem suas instalações nucleares de uso duplo, precisamos de um mundo em que as nações não as possuam. Muito pode ser feito nessa frente, que o relatório devidamente destaca como sendo de grande importância, mas precisa ser feito sem esperar por um acordo de redução das armas nucleares entre a Rússia e os Estados Unidos.

O clima e o petróleo? O ponto mais fraco do relatório combina a noção muito popular de melhoria do clima com a necessidade de reduzir a dependência dos EUA em relação ao petróleo importado. Apesar de algumas alegações em contrário, a melhoria do clima, por mais desejável que seja, não é uma questão premente de segurança nacional para os Estados Unidos. Ademais, é especialmente difícil obter progresso nessa frente. Como o relatório propriamente observa, o que quer que seja que os Estados Unidos e seus aliados façam nesse âmbito será provavelmente mais que contrabalançado por danos ao clima causados pela China, Índia e outras economias emergentes. Na melhor das hipóteses, a melhoria do clima é um processo lento e custoso.

Em contraste, uma grave interrupção do fornecimento de petróleo vindo de outras nações apresentaria uma ameaça bastante séria e imediata aos Estados Unidos do ponto de vista econômico e até militar. (A contraofensiva alemã na Segunda Guerra Mundial cessou subitamente quando os carros de combate ficaram sem combustível.) Mesmo sem essa interrupção de abastecimento, a importação de petróleo pelos EUA aos preços atuais equivale a uma grande transferência de riqueza, que enriquece seus adversários e ajuda a financiar suas desventuras. A conta semanal de petróleo vindo do Irã excede qualquer prejuízo anual causado pelas sanções a esse Estado pária. Da mesma forma, a Venezuela e a Rússia são encorajadas.

O relatório relaciona diversas medidas sensatas, que podem ser empreendidas para reduzir a dependência dos EUA ao petróleo, incluindo o incentivo à inovação e à competitividade no setor energético e o estabelecimento de novos padrões de eficiência para os automóveis e para a indústria elétrica. A essa lista, eu acrescentaria um imposto de US\$ 20,00 sobre cada barril de petróleo importado. Mesmo que uma metade da receita desse imposto fosse dedicada a reduzir o déficit, e somente a outra a equipar cada prédio público (ex.: cadeias, escolas, hospitais, instalações militares, etc.) com painéis solares e outras medidas “verdes” (como um melhor isolamento térmico), isso reduziria o consumo de forma drástica e, acima de tudo, rápida. Melhor ainda, a verba poderia ser disponibilizada apenas às prefeituras que proporcionam faixas de ônibus e vans de passageiros. A inclusão de padrões mais elevados de Consumo Médio de Combustível Corporativo (*Corporate Average Fuel Economy — CAFE*), a aprovação acelerada de usinas nucleares, a realocação do fundo rodoviário para o transporte público e, sim, a concessão de autorização para alguma perfuração marítima cuidadosa, devidamente regulamentada e ecologicamente correta melhorariam ainda mais a nossa segurança, enquanto também contribuiriam para a melhoria do clima. Em resumo, reduzir a nossa dependência do petróleo externo é, de fato, uma prioridade de segurança de mais alto nível, mas a melhoria do clima, que pode ser extremamente desejável por várias razões, é difícil de defender como questão prioritária de segurança nacional, e o seu tratamento é particularmente desafiador.

Oriente Médio: enfrentar o desafio? O relatório é a favor da redução das forças no Iraque, esperando que isso leve à estabilização política. Ao mesmo tempo, enfatiza a importância de assegurar que o Iraque não se torne um refúgio para os terroristas. Contudo, não está claro se é possível conciliar essas duas metas caso as forças dos Estados Unidos e de seus aliados se retirem no futuro próximo.

Com respeito ao Irã, o relatório aprova usar sanções e incentivos diplomáticos e econômicos. Dá a entender fortemente que, embora se deva considerar uma opção militar, ela seria uma péssima escolha. Além disso, o relatório defende a intensificação de esforços para resolver o conflito israelense-palestino. Todas representam metas valiosas, mas difíceis de alcançar. Não há uma grande idéia inovadora (que tal a União Mediterrânea, promovida por Sarkozy?) ou a disposição de aguentar as consequências e encarar o desafio com respeito ao Irã.

O relatório evita a noção errada de que o caminho para a paz no Oriente Médio passa por Jerusalém e de que a resolução do conflito israelense-palestino viraria a opinião pública árabe a favor dos EUA como num passe de mágica. No entanto, parece não perceber que o caminho para perder o Oriente Médio passa por Teerã e que se os EUA deixarem o Irã se tornar uma potência nuclear e, assim, a superpotência do Oriente Médio, é impossível prever o que poderá acontecer.

Por isso, essa prioridade também está bem colocada, embora seja possível divergir quanto às formas de promovê-la.

Leste Asiático: os novos tigres? O relatório recomenda a integração da China e da Índia numa “ordem liberal cooperativa mundial” para que elas permaneçam sendo economias abertas e se tornem membros de pleno direito de instituições regionais e globais. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos devem se preparar para a possibilidade de que acontecimentos internos na China, sobre os quais os EUA não têm controle, farão com que ela se torne um adversário, não só em termos econômicos, mas também militares.

Não estou qualificado para comentar sobre o Leste Asiático, porque não conheço bem a região nem publicações e relatórios sobre aquela parte do mundo. (Por outro lado, morei por 21 anos no Oriente Médio e passei dois anos e meio

deles em combate.) Contudo, meus instintos sociológicos me alertam contra as projeções lineares. Está longe de ser óbvio para mim que a China continuará a crescer a uma taxa próxima da atual ou que será capaz de evitar a confusão interna que resulta das mudanças econômicas e tecnológicas já existentes. Talvez seja prudente seguir a advertência expressa no relatório: é melhor prevenir do que remediar e se preparar para o pior — contudo, como o relatório reconhece, parece cedo demais para soar o alarme com respeito à China.

A Diplomacia Pública Errada

Grandes segmentos do relatório são dedicados à retórica elevada, que muitos acreditam ser necessária para que tais documentos inspirem o público. Assim, o relatório insta os Estados Unidos a “resistir à tirania, à desigualdade e à injustiça” e a “ajudar [outras nações] a reaver o poder e a prosperidade como membros de uma zona de liberdade e paz em expansão”. Os Estados Unidos devem “trabalhar para aumentar o círculo de vencedores no país e no exterior”. O relatório enfatiza que “na tradição americana, a segurança caminha de mãos dadas com a liberdade — para os americanos e para todos os povos”. O que se pode dizer?

Mesmo quando eram a única superpotência, com a economia numa condição bem melhor que a atual e forças militares não assoberbadas, os EUA foram incapazes de realizar qualquer uma dessas metas, muito menos uma lista tão exigente. A desigualdade vem crescendo nos Estados Unidos, e está longe de ser evidente quais políticas podem limitá-la e conquistar o apoio dos eleitores. (Por exemplo, aumentar os impostos dos mais ricos talvez seja uma ideia boa e justa, mas a história mostra que essa medida pouco faz para diminuir a desigualdade, porque os super-ricos descobrem maneiras de contornar os novos impostos e sua renda continua a aumentar.) Supostamente, o Ocidente teria dificuldade em instar outros, como a Rússia, a conter sua crescente desigualdade se os próprios Estados Unidos e seus aliados não sabem fazê-lo. Além disso, pode-se argumentar que, contanto que todos se beneficiem, e alguns se beneficiarão mais que outros, tal desdobramento é moralmente aceitável.

Resistir à tirania é, sem dúvida, uma ideia muito

digna, mas os Estados Unidos não encontraram uma forma de conter os regimes abusivos em lugares como Mianmar e Zimbábue, ou até — o que eu considero uma meta humanitária mínima e muito básica — pôr fim ao genocídio no Congo e no Sudão. Quando os Estados Unidos buscaram promover a democracia no Egito e na Arábia Saudita, perderam o ânimo depois que o Hamas ganhou a eleição na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Caso a diplomacia pública preste homenagem a tais metas grandiosas sem um pouco de realidade para fundamentá-las, um público saturado (rápido em perceber quando as nações não cumprem o que prometem) a rejeitará. Se favorecermos a democracia, as pessoas em todo o mundo se perguntarão sobre nosso apoio à Arábia Saudita e ao Egito. Não foi a CIA que treinou a polícia em métodos brutais de interrogatório em toda a América Latina? E assim por diante. Logo, o público fica desencantado e depois ressentido.

Não se pode deixar de indagar se já chegou a hora de os Estados Unidos e seus aliados planejarem sua diplomacia pública nos mesmos termos em que alguns dizem que devemos tratar nossos próprios cidadãos carentes: damos uma mãozinha para ajudá-los a se levantar, mas eles têm de fazer sua parte. Caso não reprima a corrupção, pare de apoiar um governo predatório, mude comportamentos que levem à propagação do HIV, possibilite que as meninas tenham acesso à educação e que todas as crianças aprendam a pensar de forma crítica — não podemos e não faremos o trabalho por você. Devemos avisar a todos os interessados que o caminho para a democracia e prosperidade é longo, o qual trilharemos com eles passo a passo, mas é preciso saber que haverá reveses e circunstâncias nas quais não conseguiremos avançar. Sobretudo, devemos nos posicionar de forma a cumprir mais do que prometemos e a superar expectativas em vez de decepcionar com tanta frequência.

O relatório coloca o diálogo sobre que políticas de segurança a próxima administração deve seguir num patamar mais elevado e, acima de tudo, no âmbito necessário. Estabelece as prioridades que fazem sentido, pelo menos para este observador, e deixa bastante espaço para reespecificar, aprimorar e modificar a agenda para a qual essas prioridades apontam. **MR**